Audiência pública na Alego

Avaliação de metas fiscais de 2023 (LC 101, art. 9º, § 4º)

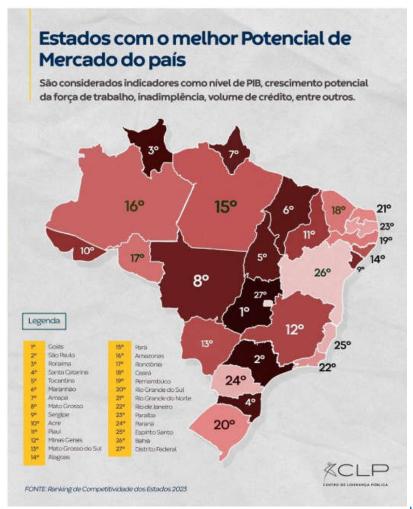
3º Quadrimestre 2023

Selene Peres Peres Nunes Secretária de Economia 20/03/2024





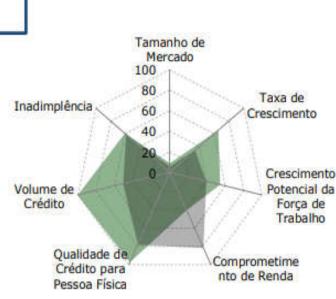
Goiás tem o melhor potencial de mercado do país





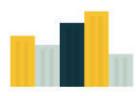








Goiás conquista melhor resultado da história em Ranking de Competitividade dos Estados



RANKING DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS

Goiás é destaque nacional em competitividade no setor público, ocupando a 7ª posição no Ranking de Competitividade dos

Estados



https://rankingdecompetitividade.org.

Prêmio da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal no SICONFI

Governo de Goiás é premiado pela melhor transparência do Brasil

Publicado: 22 Setembro 2023

Última Atualização: 22 Setembro 2023



Estado alcançou maior pontuação do país em avaliação realizada pelo Ministério da Fazenda a partir de dados enviados pelos estados ao Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público (Sinconfi); ranking foi divulgado nesta quinta-feira (21/09), em Brasília

https://www.economia.go.gov.br/noticias/9188-goi%C3%A1s-%C3%A9-1%C2%BAem-transpar%C3%AAncia-cont%C3%A1bil-e-fiscal-no-setor-p%C3%BAblico%20.html



CONTÁBIL E FISCAL no SICONFI

https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/noticias/tesouro-nacional-divulga-vencedores-dopremio-de-qualidade-da-informacao-contabil-e-fiscal-2023

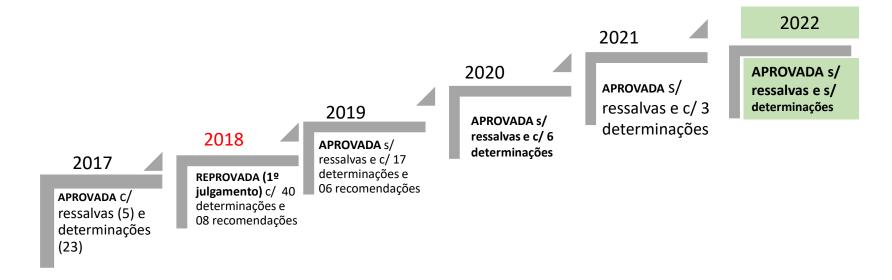




ECONOMIA



Melhoria contínua nas avaliações das contas de Governo



EXERCÍCIO	RESSALVAS	DETERMINAÇÕES	RECOMENDAÇÕES	PARECER
2019	0	17	4	APROVADA SEM RESSALVAS
2020	0	6	8	APROVADA SEM RESSALVAS
2021	0	3	10	APROVADA SEM RESSALVAS
2022	0	0	12	APROVADA SEM RESSALVAS

Goiás teve redução das receitas de 3,48% e aumento das despesas de 1,70%, gerando um resultado 46% menor que o registrado no ano anterior.



Fonte: RREO Anexo 1 publicado no DOE 30/01/2024

ECONOMIA

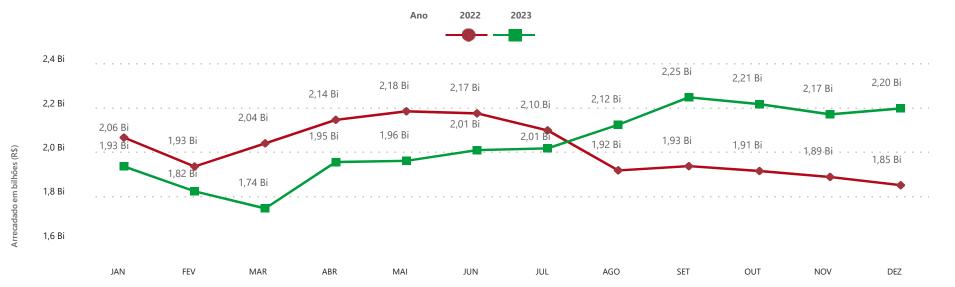
Arrecadação do ICMS: comparativo entre exercícios

- Crescimento da arrecadação de ICMS de 1,04% em relação a 2022;
- A partir de agosto de 2023, tendência de aumento da arrecadação em relação ao ano anterior, tendo o ICMS atingido crescimento de 18,78% em dezembro de 2023.

Arrecadação de ICMS por trimestre do ano

Trimestre	Arrecadação ICMS (Ano Anterior)	Arrecadação ICMS (Ano Atual)	Variação Percentual
1	6.034.440.464,52	5.497.081.427,39	-8,90%
2	6.499.773.500,88	5.918.922.916,46	-8,94%
3	5.946.029.318,88	6.382.565.517,86	^ 7,34%
4	5.646.411.898,50	6.579.400.651,20	1 6,52%
Total	24.126.655.182,78	24.377.970.512,91	1,04%

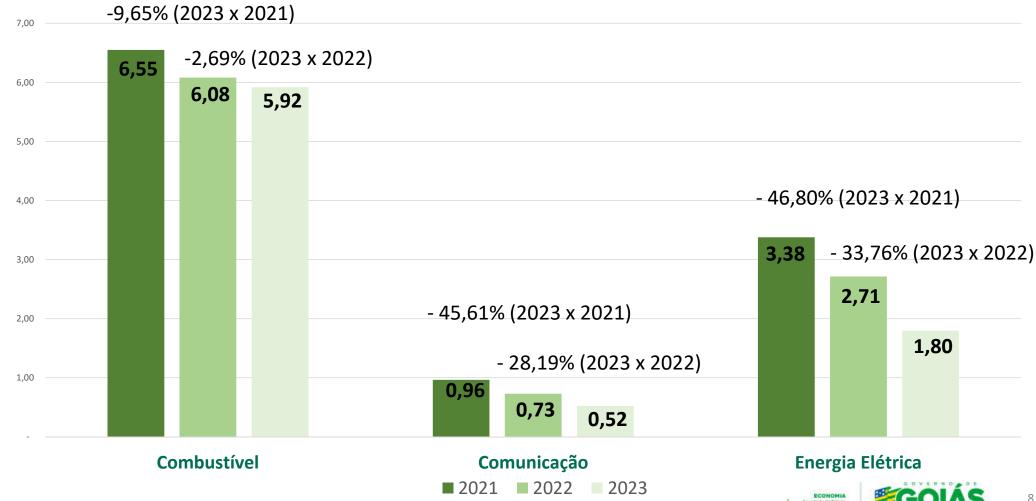
Comparativo da Arrecadação de ICMS por mês





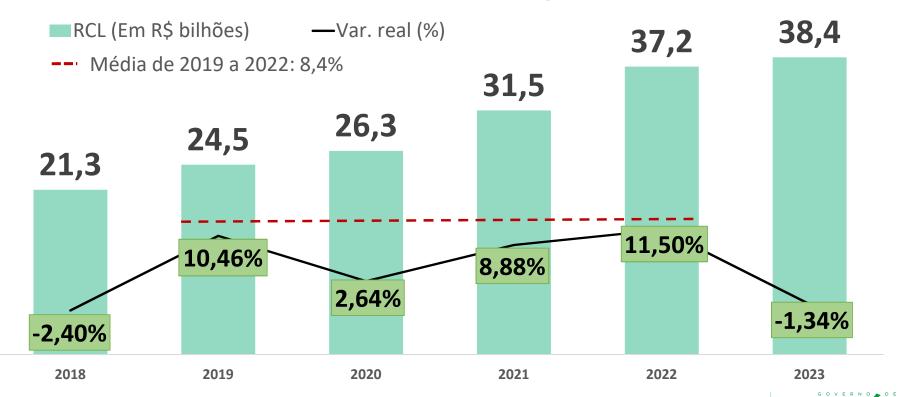


ICMS sobre Combustíveis, Comunicação e Energia Elétrica menor em 2023



Receita Corrente Líquida de 2019 a 2022 com crescimento real médio de 8,40%. Em 2023, inverteu a trajetória, caindo 1,34%.

Receita Corrente Líquida



Fonte: RGF – Extraído do portal da transparência de Goiás: https://transparencia.go.gov.br/

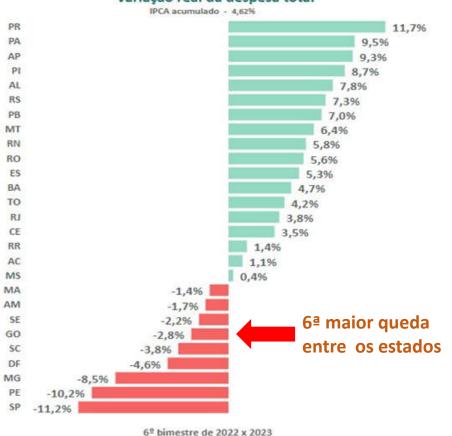
ECONOMIA

Em termos reais, a despesa empenhada caiu 2,8%, o que indica o esforço para cumprir o teto.

Despesa total

6º bimestre de 2022 x 2023





Despesas empenhadas

UF	2022	2023	Variação 2022-2023 em R\$	% Despesa Total	% Despesa total ano anterior (variação real)
PR	57.826.820.690,86	67.607.620.659,63	9.780.799.968,77	16,91%	11,7%
PA	38.407.242.463,87	43.981.235.662,36	5.573.993.198,49	14,51%	9,5%
AP	7.431.120.842,48	8.498.178.427,95	1.067.057.585,47	14,36%	9,3%
PI	17.585.477.743,03	20.000.924.386,53	2.415.446.643,50	13,74%	8,7%
AL	15.925.126.198,48	17.963.587.096,92	2.038.460.898,44	12,80%	7,8%
RS	69.812.587.680,24	78.352.533.473,39	8.539.945.793,15	12,23%	7,3%
PB	15.979.045.998,20	17.883.420.827,99	1.904.374.829,79	11,92%	7,0%
MT	33.254.548.205,77	37.014.020.738,27	3.759.472.532,50	11,31%	6,4%
RN	17.605.361.971,84	19.486.967.053,93	1.881.605.082,09	10,69%	5,8%
RO	12.312.134.058,11	13.605.769.496,55	1.293.635.438,44	10,51%	5,6%
ES	22.785.645.317,67	25.098.719.258,87	2.313.073.941,20	10,15%	5,3%
BA	62.072.150.496,90	67.991.816.298,20	5.919.665.801,30	9,54%	4,7%
TO	14.562.405.906,65	15.873.514.926,43	1.311.109.019,78	9,00%	4,2%
RJ	94.185.316.020,29	102.289.960.365,40	8.104.644.345,11	8,60%	3,8%
CE	34.577.580.586,29	37.423.640.356,93	2.846.059.770,64	8,23%	3,5%
RR	7.045.897.589,73	7.473.220.866,93	427.323.277,20	6,06%	1,4%
AC	9.212.526.514,94	9.739.644.628,52	527.118.113,58	5,72%	1,1%
MS	22.647.516.078,87	23.777.438.310,23	1.129.922.231,36	4,99%	0,4%
MA	23.839.666.281,81	24.590.298.873,93	750.632.592,12	3,15%	-1,4%
AM	25.339.055.835,81	26.053.838.339,38	714.782.503,57	2,82%	-1,7%
SE	13.167.550.398,38	13.470.989.190,76	303,438,792,38	2,30%	-2,2%
GO	38.761.193.279,08	39.420.594.475,73	659.401.196,65	1,70%	-2,8%
SC	43.629.025.525,50	43.927.295.658,78	298.270.133,28	0,68%	-3,8%
DF	33.947.296.845,17	33.897.143.556,68	-50.153.288,49	-0,15%	-4,6%
MG	115.299.587.384,99	110.408.991.645,56	-4.890.595.739,43	-4,24%	-8,5%
PE	45.131.496.061,51	42.381.535.352,35	-2.749.960.709,16	-6,09%	-10,2%
SP	284.149.290.694,55	263.838.364.047,89	-20.310.926.646,66	-7,15%	-11,2%

Fonte: RREO / Extraido do SICONFI em 05/02/2024



RRF: Teto LC 159 cumprido em 2023 e em todos os anos anteriores

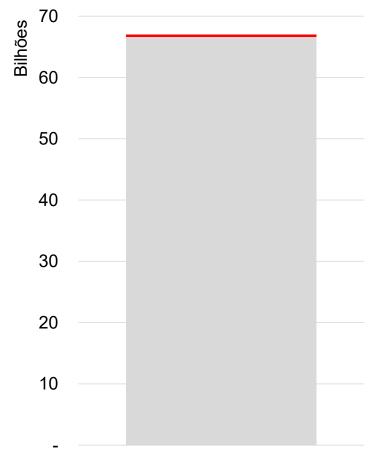
Classificação final de desempenho "A" no RRF: todas as medidas de ajuste, metas e compromissos cumpridos!

Grupo Despesa	Base 2021 (1)	Teto 2023 (2) = (1) * IPCA (2022 * 2023)	Despesas empenhadas 2023 (3)	Resultado (4) = (3) - (2)
1	16.782.717.323	18.574.041.307	20.756.388.840	2.182.347.533
3	8.678.664.255	9.604.992.164	9.656.269.134	51.276.970
4	4.047.034.093	4.478.999.257	2.816.959.005	-1.662.040.251
5	55.273.727	61.173.436	29.804.846	-31.368.590
Δ real positiva das BCs de vinculação		690.375.754		-690.375.754
Total [a]	29.563.689.398	33.409.581.917	33.259.421.826	-150.160.091

Folga lores de 2023)



Teto da LC 156 Despesas acumuladas de 2021 a 2023, a valores de 2020



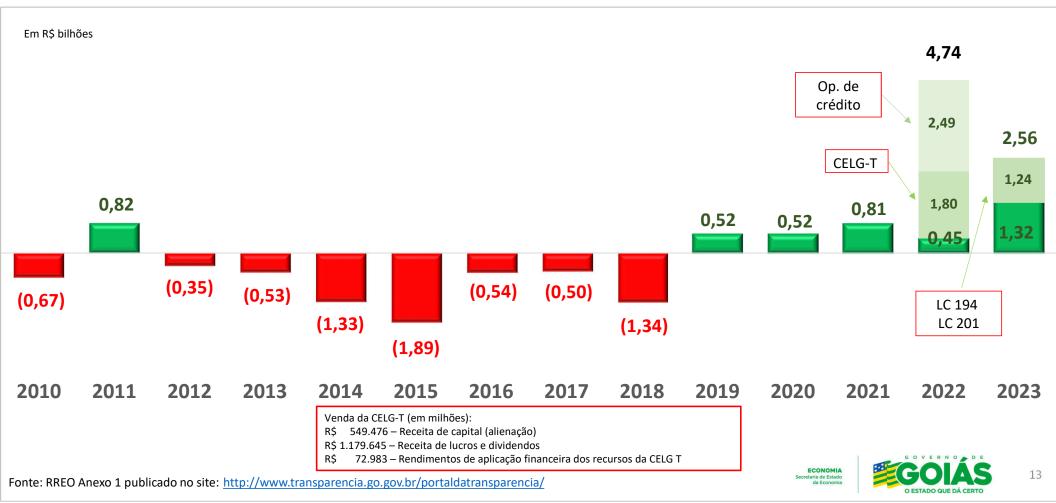
Discriminação	Valor (R\$)
Limite (3 x base de cálculo) [a]	66.642.066.331
Despesa primária apurada: 2021 a 2023 (a valores de 2020) [b]	67.041.086.346
Rompimento (R\$) [c]=[b]-[a]	399.020.015
Rompimento (%) [d] = ([b]/[a]-1)	0,60%

Valores constantes de 2020, deflacionados pelo IPCA.

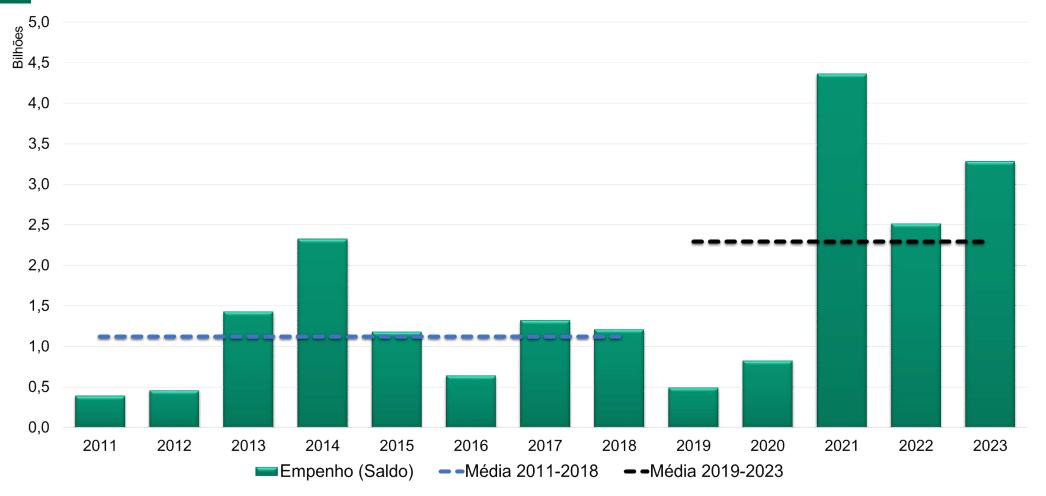
■ Limite (3xbase de cálculo) ■ Rompimento



Mesmo com resultado orçamentário menor em 2023, se desconsideradas as receitas extraordinárias do exercício de 2022, Estado firma-se com equilíbrio sustentável das finanças públicas.



Responsabilidade fiscal permitiu elevação no nível de investimentos

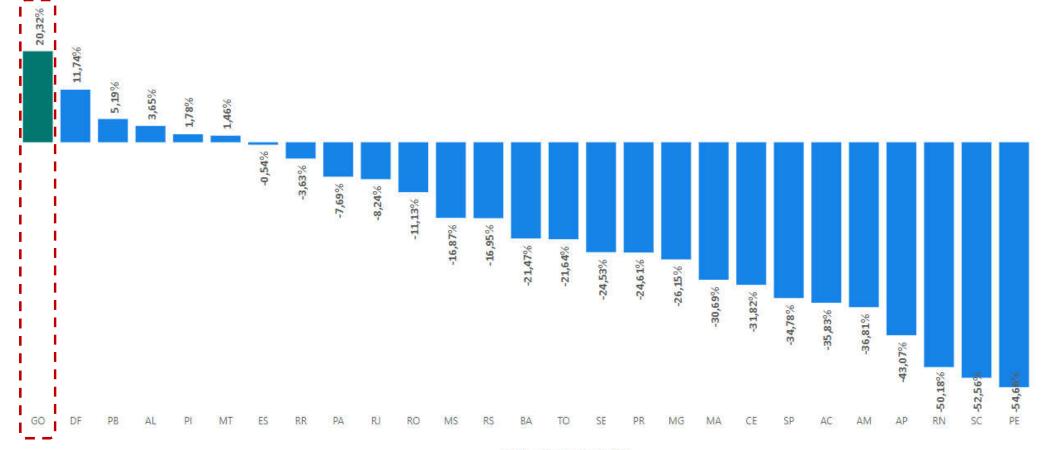


^{*} Valores correntes empenhados em R\$ bilhões.





Goiás, estado que mais aumentou investimentos



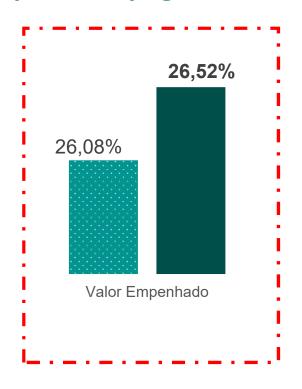
6º bimestre de 2022 X 2023

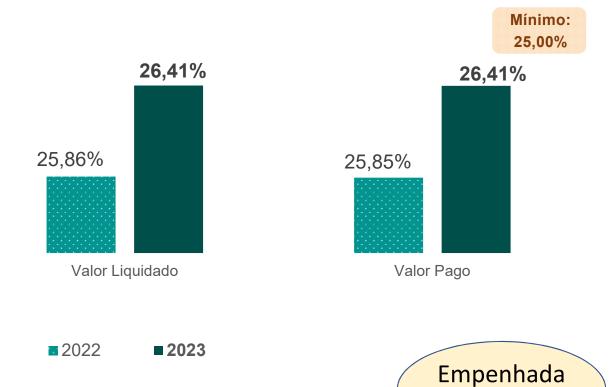




15

Responsabilidade fiscal permitiu mais educação: mínimo constitucional cumprido no pagamento.





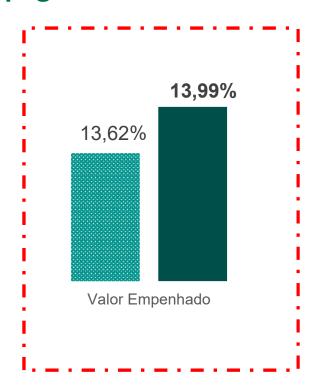
- Total das Despesas (para fins de apuração do limite)
- Receita Líquida de Impostos: R\$ 29.571 mi
- Despesas Empenhadas : R\$ 7.843 mi
 Despesas Liquidadas : R\$ 7.813 mi
- Despesas Liquidadas : R\$ 7.812 mi
- Despesas Pagas: R\$ 7.808 mi

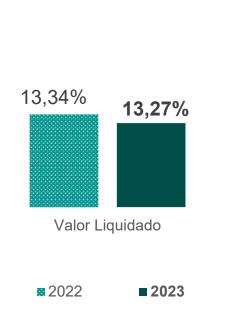


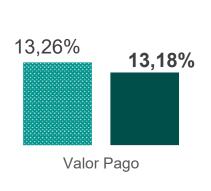


7.843 mi

Responsabilidade fiscal permitiu mais saúde: mínimo constitucional cumprido no pagamento.







Empenhada 4.140 mi

Mínimo: 12,00%

• Total das Despesas (para fins de apuração do limite)

• Receitas Líquidas de Impostos: R\$ 29.571 mi

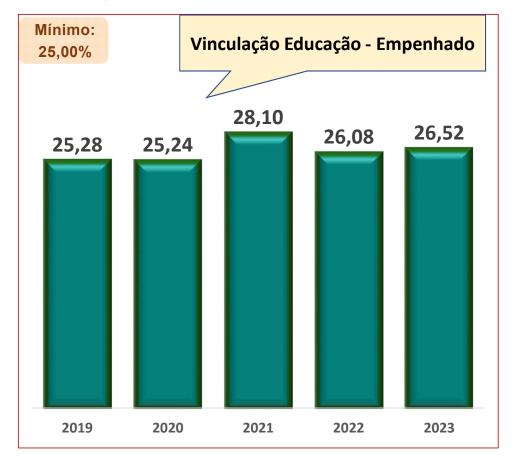
Empenhadas: R\$ 4.140 mi
Liquidadas: R\$ 3.924 mi
Pagas: R\$ 3,900 mi

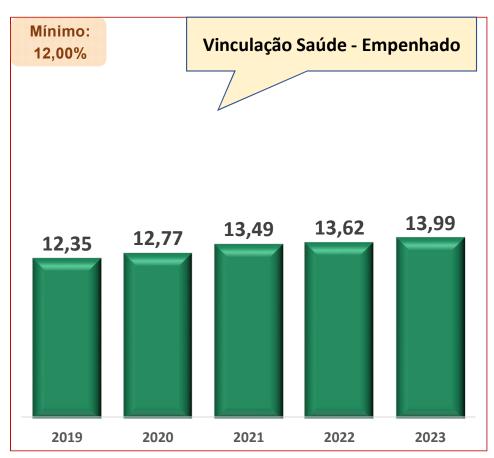
Fonte: Anexo 12 do RREO publicado no DOE em 30/01/2024





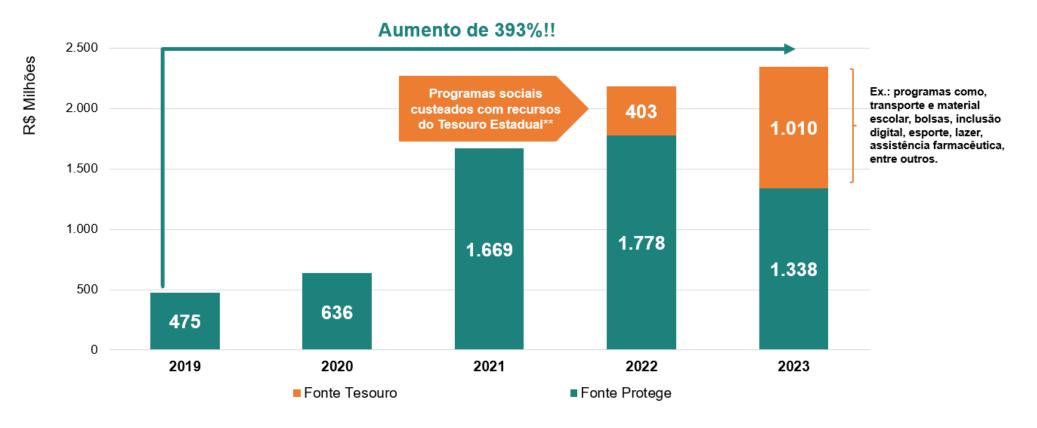
Educação e Saúde: desde 2019, Goiás supera o limite constitucional de vinculação







Responsabilidade fiscal permitiu mais políticas sociais





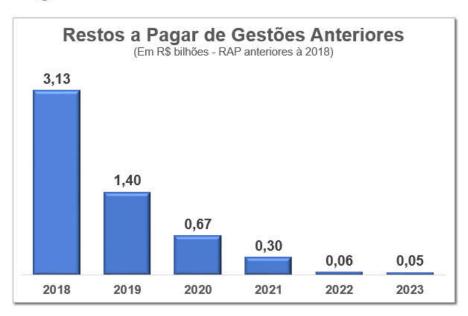


^{*} Valores correntes empenhados em R\$ milhões;

^{**} Foco em saúde e educação, cumprindo os mínimos constitucionais na ótica de pagamento.

Goiás bom pagador: nível baixo de Restos a Pagar oferece segurança aos fornecedores

✓ Saneamento dos Restos a Pagar de gestões anteriores



✓ Maior eficiência na execução das políticas públicas: revertemos a tendência de crescimento do RAP estrutural



Renegociação de Débitos (Lei Estadual nº 20.932/2020)

□ Autorização para renegociação de débitos inscritos em restos a pagar processados, com deságio de 20% e pagamento em parcela única, por meio de dois editais de chamamento público.

Goiás em crescente aumento de caixa

939

2018

- •A entrada no RRF, juntamente com o reequilíbrio das contas, permitiu ao Estado acumular uma reserva de R\$ 15,4 bilhões, em termos de Disponibilidade de Caixa Bruta, sendo R\$ 11 bilhões na Conta Única.
- •Além de servir como reserva de segurança, essa disponibilidade tem gerado ingressos financeiros significativos aos cofres do Estado, graças às aplicações realizadas pelo Tesouro.

Disponibilidade de Caixa Bruta e Rendimentos de Aplicações Financeiras (em R\$ milhões)



2021

2020

2019

Fonte: Anexo 5 do RGF (Poder Executivo) — Extraído do portal da transparência de Goiás: https://transparencia.go.gov.br/. Rendimento apurado pelo Tesouro Estadual.

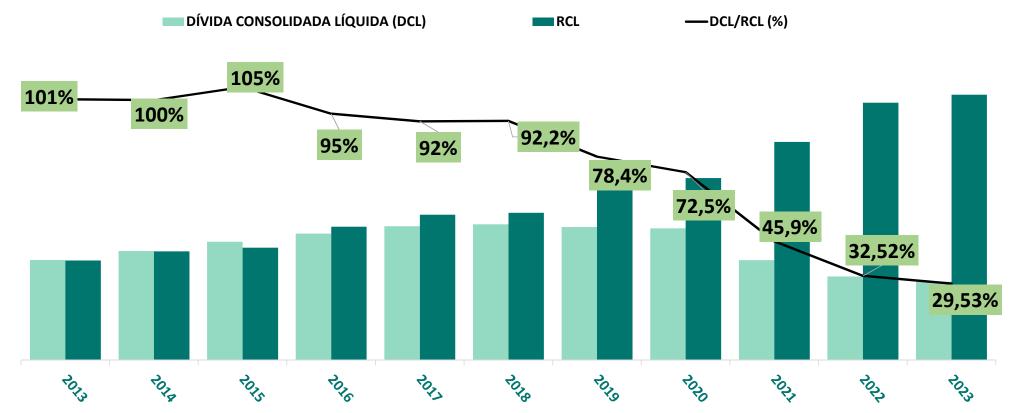


2022



2023

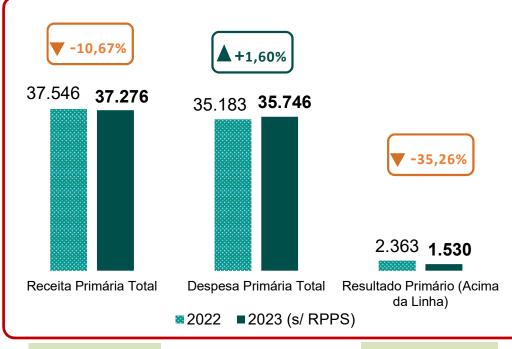
Crescimento da dívida consolidada foi de apenas 0,1%, apesar da suspensão dos pagamentos do RRF: Dívida consolidada líquida / receita corrente líquida em trajetória de queda.



ECONOMIA Secretaria de Estado da Economia



Resultado Primário (acima da linha)



Meta LDO 2022: R\$ 144 mi (superávit)

Meta LDO 2023: R\$ 1.202 mi (superávit)

Resultado Nominal (abaixo da linha)



ECONOMIA

Meta LDO 2022: R\$ 79 mi (superávit)

Meta LDO 2023: R\$ 573 mi (superávit)





Despesa total com pessoal do Poder Executivo cresceu 5,18%: refletindo em aumento 2,71 pontos percentuais na relação DTP/RCL.

Despesa total com pessoal (DTP) - variação real (2022 x 2023)



% DTP/RCL

2022: 40,52% / 2023: 43,23% Aumento de 2,71 pontos percentuais Limite de alerta: 43,74% Limite prudencial: 46,17% Limite máximo: 43,86%

Se em 2024, for mantido o mesmo crescimento em pontos percentuais (DTP/RCL):

ultrapassará limite de alerta: 45,94% (43,23 + 2,71)

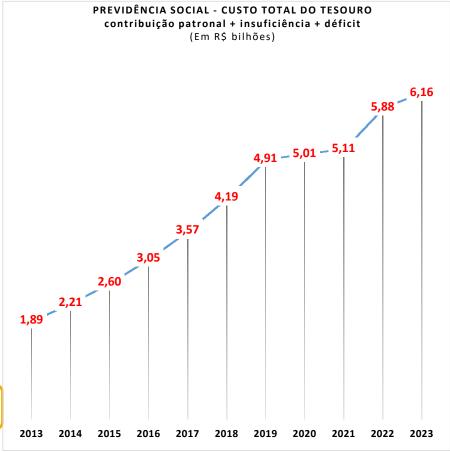
ECONOMIA Secretaria de Estado da Economia



Custo da Previdência para o Tesouro Estadual

Em R\$ milhões

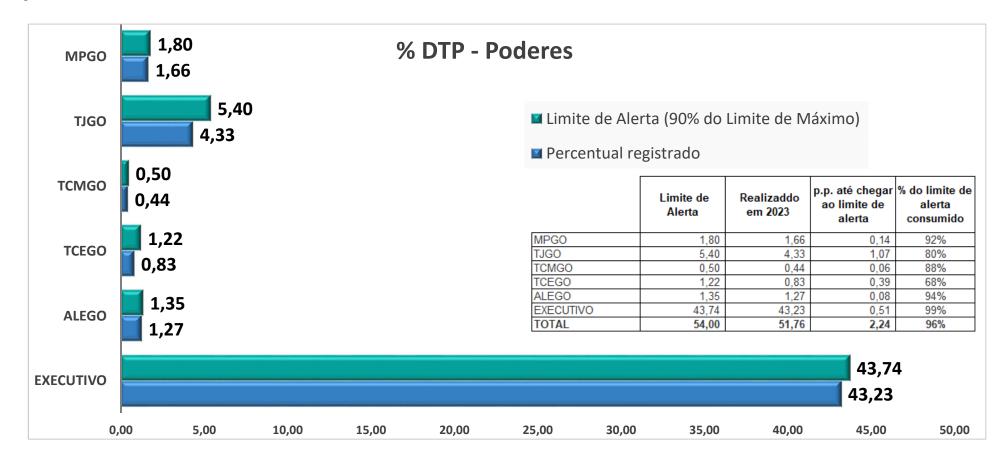
Custo da Previdência para o Tesouro Estadual	2022	2023	Variação %D	iferença
(Despesas empenhadas)	(a)	(b)	(b / a) - 1	(b - a)
Fundo em Capitalização - Plano Previdenciário do RPPS	40	51	28,92%	11
Resultado Previdenciário (Superávit) (I) Contribuição Patronal (II)	74 -35	102 -51	36,60% 45,33%	27 -16
Fundo em Repartição - Financeiro do RPPS	-4.318	-4.456	3,19%	-138
Resultado Previdenciário (Déficit) (III)	-3.003	-3.079	2,55%	-76
Contribuição Patronal (IV)	-1.315	-1.377	4,65%	-61
Administração do RPPS	63	55	-13,18%	-8
Resultado Previdenciário (Superávit) (V)	63	55	-13,18%	-8
Benefícios Mantidos Pelo Tesouro	0	-68	-68250,10%	-68
Resultado dos benefícios mantidos pelo Tesouro (VI)	0	-68	-68250,10%	-68
Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM)	-1.524	-1.582	3,77%	-58
Resultado associado às pensões e aos inativos militares (VII)	-1.524	-1.582	3,77%	-58
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I + III + V + VI + VII)	-4.390	-4.572	4,15%	-182
CUSTO DA PREVIDÊNCIA PARA O TESOURO [(I + II + III + IV + V + VI + VII), se negativo]	-5.877	-6.156	4,75%	-279



Fonte: Anexo 4 do RREO publicado no DOE em 30/01/2024



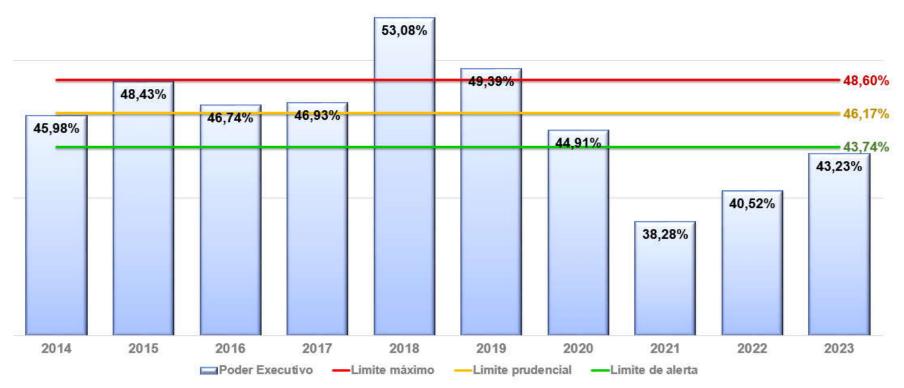
Em 2023, a Despesa Total com Pessoal do Estado (DTP - consolidada), ficou muito próxima do limite de alerta.





Despesas com Pessoal do Executivo dentro dos limites da LRF

Nos últimos 4 anos (2020-2023), as despesas com pessoal do Poder Executivo se mantiveram abaixo do limite prudencial da RCL



Fonte: Secretaria de Economia

ECONOMIA etaria de Estado da Economia



Ganhos com a Gestão da Dívida Pública Processo de adesão ao RRF

Em R\$ milhões

		SERVIÇO	R\$		
Ano	Serviço Com a Saída do RRF [A]	Impacto (BID + BIRD) [B] ^{1 e 2}	Ressarcimento RRF (Escadinha) [C] ⁴	Serviço Demais Contratos [D] ³	Diferença [E] = [A -B - C - D]
2024	2.504.945.272	1.061.385	379.613.898	830.198.048	1.294.071.940
2025	2.687.121.975	22.413.423	571.547.033	1.089.271.715	1.003.889.804
2026	2.690.587.209	51.005.581	762.674.718	1.169.818.362	707.088.548
2027	2.695.039.168	107.319.964	957.057.259	1.245.302.381	385.359.564
Total	10.577.693.623	181.800.353	2.670.892.907	4.334.590.506	3.390.409.856

Observações:

- 1. Valor total da liberação BID US\$ 99,895 milhões;
- 2. Valor total da liberação BIRD US\$ 152,00 milhões;
- 3. Os valores desconsideram os repasses ao TJGO para pagamento de precatórios, estimados em R\$ 580 milhões para 2024, e parcelamentos PASEP, de R\$ 15,6 milhões ao ano.
- 4. Sem a substituição de penalização do teto que adicionariam R\$ 1,3 milhão ao mês.

ECONOMIA Secretaria de Estado da Economia



Principais resultados fiscais 2023

Resultado orçamentário (Superávit)



R\$ 2,5 bi

Resultado primário (Superávit)



Resultado nominal (Superávit)



Receita corrente líquida (últimos 12 meses)



R\$ 38,4 bi

Vinculação da educação (Despesa empenhada)



26,52 %

Mínimo: 25%

Vinculação da saúde (Despesa empenhada)



13,99 %

Mínimo: 12%

Custo da previdência para o Tesouro Estadual



DTP / RCL ajustada



43,23 %

Máximo: 48,60 %

Dívida consolidada



R\$ 25,7 bi - DC

R\$ 11,3 bi - DCL

DCL / RCL ajustada



29,53 %

RAP/obrigações financeiras



R\$ 2,99 bi

RONALDO RAMOS CAIADO

Governador do Estado de Goiás

SELENE PERES PERES NUNES

Secretária de Estado da Economia

RENATA LACERDA NOLETO

Secretária-Adjunta

DANILLO CAETANO SOARES CARDOSO

Chefe de Gabinete

WEDERSON XAVIER DE OLIVEIRA

Subsecretário do Tesouro Estadual

RICARDO BORGES DE REZENDE

Superintendente Central de Contabilidade

MARCO ANTONIO FERNANDES FILHO

Superintendente Financeiro

LIDILONE POLIZELI BENTO

Presidente do Conselho Admin. e Tributário

LILIAN DA SILVA FAGUNDES

Subsecretária da Receita Estadual

FABIANO GOMES DE PAULA

Superintendente de Recuperação de Crédito

LUCIANO ALVES PESSOA

Superintendente de Informações Fiscais

WAYSER LUIZ PEREIRA

Superintendente de Política Tributária

KÁTTIA DANIEL RODRIGUES

Chefe da Comunicação Setorial

MARCELO DE MESQUITA LIMA

Superintendente de Controle e Auditoria

GABRIELA VITORINO DE SOUSA DELFINO

Superintendente de Fiscalização Regionalizada

DIEGO COTA PACHECO

Subsecretária Central de Planejamento,

Monitoramento e Avaliação

PATRÍCIA SOARES DE OLIVEIRA Superintendente de Planejamento e Desenvol.

EDUARDO AIRES BERBERT GALVÃO

Superintendente de Monitoramento e Avaliação

GILBERTO POMPILIO DE MELO FILHO

Subsecretário Central de Orçamento

KELLEN KRIS BUENO CARDOSO

Superintendente de Orçamento

JUAREZ REIS ROSA DE SOUZA

Superintendente de Monit. e Exec. Orçam.

ROGÉRIO RODRIGUES REZENDE

Chefe da Corregedoria Fiscal

RODRIGO DE LUQUI ALMEIDA SILVA

Chefe da Procuradoria Setorial

JULIANA CAMILO MANZI PORTO

Superintendente de Gestão Integrada

BRUNO PÓVOA LEAL

Superintendente de Tecnologia da Informação

VICTOR AUGUSTO DE FARIA MORATO

Assessor de Representação Fazendária

SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTABILIDADE – ECONOMIA Gerência de Contas Públicas - GECOP

Kátia Beatriz de Resende

Gerência de Acompanhamento e Execução Contábil - GEAEC

Cleyton Jose Ferreira Nunes

Gerência de Acomp. de Custos e Avaliação de Resultados - GEACAR

Hidelgardes Sousa da Silva

Gerência de Informações e Normatização Contábil - GEINC

Levino Gonçalves dos Santos

ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS FISCAIS

GECOP

Daniela Cristina de Jesus

Kátia Beatriz de Resende

Lenice Alves da Silva

Maria Aparecida Batista

Paulo Henrique Mariano Chaves

Gerências Setoriais de Contabilidade

Adriana Jesus S. Batista - Goiás Previdência

Jefferson da S. Pereira - **Secretaria de Educação**

Murilo Lara de Faria - Secretaria de Saúde

SECRETARIA DO ESTADO DA ECONOMIA

Telefone: (62) 3269-2340

Correio eletrônico: gabinetesecretaria@sefaz.go.gov.br

Disponível em: www.economia.go.gv.br

É permitida a reprodução total ou parcial, desde que ditada a fonte.